



# Carta de Mirassol D'Oeste traça diretrizes para a advocacia



*Página - 9*

**Reeducandos denunciam superlotação na Penitenciária Central do Estado**

*Página - 6*

**Mais de 100 advogados participam de desagravo contra promotor de Justiça**

*Página - 12*

**ESA-MT doa 2,5 toneladas de alimentos a instituições**

*Página - 13*

## DIRETORIA DA OAB

**Presidente**  
Leonardo Pio da Silva Campos

**Vice-Presidente**  
Flávio José Ferreira de Souza

**Secretário-Geral**  
Ulisses Rabaneda dos Santos

**Secretária-Geral Adjunta**  
Gisela Alves Cardoso

**Diretor Tesoureiro**  
Helmut Flávio Preza Daltra

### Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior  
Gabriela Novis Neves Pereira Lima  
Joaquim Felipe Spadoni  
Josemar Carmerino dos Santos  
Liliana Agatha Hadad Simioni  
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

### Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezzi  
Alfredo José de Oliveira Gonzaga  
Alinor Sena Rodrigues  
Antônio Luiz Ferreira da Silva  
Betsey Polistchuck de Miranda  
Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruna Ergang da Silva  
Christian Jacks Lino Gasparetto  
Dinara de Arruda Oliveira  
Eduardo Alves Marçal  
Eduardo Marques Chagas  
Eduardo Ramsay de Lacerda  
Élbio Gonzalez  
Elizete Bagatelli Gonçalves  
Ericson Cesar Gomes  
Fábio de Sá Pereira  
Fabio Luis de Mello Oliveira  
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio  
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo  
Fernando Henrique Machado da Silva  
Flávia Carrazzone Ferreira  
Flaviano Kleber Taques Figueiredo  
Francys Ricardo Menegon  
Gildo Capeleto  
Hélio Machado da Costa Júnior  
Hélio Nishyama  
Igor Girardi Faria  
Ivo Matias  
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior  
José Eduardo Polisel Gonçalves  
José Patrocínio de Brito Júnior  
José Sebastião de Campos Sobrinho  
Juliana Ribeiro Salvador  
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho  
Luis Filipe Oliveira de Oliveira  
Luis Henrique Nucci Vacaro  
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior

Luiz da Penha Corrêa  
Marisol Nespoli  
Mauro Paulo Galera Mari  
Mauro Portes Júnior  
Nelson Aparecido Manoel Júnior  
Paula Regina de Toledo Ribeiro  
Pedro Martins Verão  
Regina Célia Sabioni Lourimier  
Reinaldo Américo Ortigara  
Ricardo Ferreira Garcia  
Ricardo Moraes de Oliveira  
Roberta Vieira Borges  
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo  
Rogério Lavezzo  
Samir Dartanhan Ramos  
Samir Hammoud  
Sandro Luis Costa Saggin  
Selma Cristina Flores Catalan  
Selma Pinto de Arruda Guimarães  
Sirlene de Jesus Bueno  
Suerika Maia de Paula Carvalho  
Tânia Regina Ignotti Faiad  
Tatiane de Barros Magalhães  
Valdir Miquelin  
Vinícius Dall Comune Hunhoff  
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

### 1ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Flavio José Ferreira  
**Membros:** José Patrocínio de Brito Junior  
Jose Eduardo Polisel Gonçalves  
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira  
Tania Regina Ignotti Faiad

### 2ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Ulisses Rabaneda dos Santos  
**Membros:** Pedro Martins Verão  
Luiz da Penha Correa  
Breno Augusto Pinto de Miranda  
Hélio Machado da Costa Junior  
Eduardo Alves Marçal

### 3ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Gisela Alves Cardoso  
**Membros:** Jose Sebastião de Campos Sobrinho  
Fernando Augusto Vieira Figueiredo  
Roberta Vieira Borges  
Antônio Luiz Ferreira da Silva  
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

### Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

**Presidente**  
Itallo Gustavo de Almeida Leite

**Vice-presidente**  
Xênia Michele Artmann Guerra

**Secretário-Geral**  
Ana Carolina Naves Dias Barchet

**Secretário-Geral Adjunto**  
José Luiz de Aguiar Bojkian

**Tesoureiro**  
Leonardo de Mesquita Vergani

**Diretores**  
Ariane Martins Fontes  
Clarissa Lopes Dias  
Gisele Gaudêncio Alves da Silva  
Raquel Cristina Rockenbach Bleich  
Viviane Cristine Caldas

### Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

**Diretor Presidente**  
Marco Antônio Lorga

**Diretor - Adjunto**  
Bruno Devesa Cintra

**Secretário - Geral**  
Sílvio Soares da Silva Junior

**Secretária - Geral Adjunta**  
Marina Ignotti Faiad

**Contatos:** (65) 3613-0956/0957

## RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	<b>QUARTA TURMA</b>			<b>OITAVA TURMA</b>		
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
	3613-0935	3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
<b>PRIMEIRA TURMA</b>			<b>QUINTA TURMA</b>			<b>NONA TURMA</b>		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
<b>SEGUNDA TURMA</b>			<b>SEXTA TURMA</b>			<b>DÉCIMA TURMA</b>		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
<b>TERCEIRA TURMA</b>			<b>SÉTIMA TURMA</b>			<b>DÉCIMA PRIMEIRA TURMA</b>		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

**Jornalistas:**  
Marianna Marimon - DRT/MT 2086  
Sissy Cambium - DRT/MS 0604  
Paula Peres - DRT/MT 1243



**Fotografias:** , Andréa Lobo e Thiago César-F5 /  
Assessoria de Imprensa OAB-MT

**Diagramação e Editoração:** Cláudio Castro - DRT/MT 351

## EXPEDIENTE

**Contatos Assessoria de Imprensa:**

**OAB/MT** - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

**Mídias Sociais:**  
www.facebook.com.br/oabmt  
www.facebook.com.br/oabmatogrosso  
www.twitter.com.br/oabmt

**CAA/MT** (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br  
www.facebook.com.br/caaoabmt

**Publicidade:** Boletim Informativo - Comunicação Institucional

**Tiragem:** 17.000 exemplares

**OAB Mato Grosso** - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -  
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914  
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



# OAB Peixoto de Azevedo inaugura sede social



A subseção de Peixoto de Azevedo da OAB-MT inaugurou no dia 8, o Anexo I de sua sede. Trata-se da primeira etapa do complexo que está sendo construído para abrigar a entidade que, atualmente, funciona em uma sala no Fórum.

Com 112 metros quadrados de área construída, o Anexo I abriga a sede social da OAB Peixoto de Azevedo com salão para confraternizações, churrasqueira, banheiros e dispensa.

O evento contou com a participação do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos; presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, conselheiro Fernando Figueiredo e do presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT), Itallo Leite.

Presidente da subseção de Peixoto de Azevedo, Marcus Macedo, lembra que o terreno foi doado à OAB Peixoto de Azevedo na década de 90, na gestão de seu pai Adelino Valdir de Oliveira Macedo.

A construção da primeira sede da OAB Peixoto de Azevedo teve início no fim do ano passado e a sede que abrigará a parte administrativa da subseção contará com 280 metros quadrados, auditório para 140 pessoas e já está em fase adiantada.

Marcus Macedo ressalta que a partir da inauguração do Anexo I a advocacia da região poderá sentir o reflexo imediatamente, uma vez que as instalações abrigarão o arquivo que atualmente utiliza quase todo o espaço da sala.

## Subseção de Diamantino oferecerá cursos telepresenciais

A subseção de Diamantino da OAB-MT, por meio da parceria entre a Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT) e a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) passa a oferecer à advocacia e estudantes da

região cursos telepresenciais.

Foi instalada no dia 30, nas dependências do Fórum, a antena que permite a transmissão de sinal para a realização das aulas.

De acordo com o presidente da

subseção de Diamantino, Pêrsio Landim, os primeiros cursos devem ser oferecidos ainda neste ano.

Com preços acessíveis, temas atuais e profissionais renomados, os cursos telepresenciais serão transmitidos na

sede da subseção.

A escolha das aulas a serem transmitidas atende às demandas da advocacia da região e alguns temas a serem abordados já foram discutidos na reuniões itinerantes promovidas pela OAB Diamantino.

# Operação Boa Viagem fiscaliza cumprimento de direitos dos idosos

Deflagrada no dia 16 de dezembro, a operação Boa Viagem foi promovida em conjunto pela OAB-MT, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cededipi), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso (Ager) e Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para fiscalizar o cumprimento do direito dos idosos de gratuidade de duas vagas e do desconto

de 50% na compra de passagens.

A ação é fruto do Termo de Intenção assinado no dia 25 de outubro deste ano.

Desde 2010, o presidente da Comissão de Direito do Idoso da OAB-MT, Isandir Rezende, percorre o Estado fazendo um trabalho de conscientização, com palestras e orientações sobre esses direitos.

De acordo com a legislação, idosos (a partir de 60 anos) com renda mensal de até dois salários mínimos possuem direito a vagas gratuitas no transporte terrestre de passageiros. Quando preenchidas as duas vagas que devem ser destinadas à concessão do benefício, as empresas então devem oferecer desconto de 50% para a aquisição do bilhete.

Conforme Isandir Rezende, as empresas prestadoras do serviço se negavam a conceder o desconto sob o argumento de que a Lei

Estadual nº 8.823/2008 não o subsidiava. Em 2013 começaram a ser realizadas audiências públicas para alterar a lei estadual visando assegurar o que estabelece a Lei do Idoso.

Aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), a Lei nº 10.320/2015 foi vetada pelo Governo e, após um trabalho realizado pela Comissão de Direito do Idoso, por unanimidade, os deputados estaduais derrubaram o veto.

Assim, Isandir Rezende destaca que a Operação Boa Viagem, realizada nesta sexta-feira, como a primeira operação de fiscalização representa uma

nova conquista para as pessoas idosas de Mato Grosso.

“A carta de intenção assinada no mês de outubro deixa demonstrado que a sociedade civil, uma vez organizada, pode sim proporcionar aos nossos idosos o resgate da dignidade e do respeito”, destacou o presidente da Comissão.

Durante a operação realizada no posto da PRF sentido Cuiabá – Rondonópolis, além de fiscalizar o cumprimento da legislação no que diz respeito ao benefício do transporte de passageiros idosos, a Comissão de Direito do Idoso também abordou os passageiros orientando-os sobre seus direitos.



## Anatel abre consulta pública sobre limitação da internet fixa e Codel vê restrição ao PJe

A Comissão de Direito Eletrônico (Codel) conclama a advocacia a responder a consulta pública promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre a limitação da Internet banda larga fixa no país.

Em abril deste ano, a Anatel editou uma resolução autorizando as Companhias de Telecomunicações a limitar, ou até suspender o sinal da Internet fixa do seu assinante que atingisse da franquia de dados contratada, assim como ocorre na internet móvel. A resolução foi suspensa até que as empresas forneçam aos consumidores ferramentas que permitam acompanhar o consumo do seu pacote de dados.

A Codel ressalta que nenhuma resolução tem o condão de se sobrepor a lei federal, tendo em vista que ao limitar a internet, a

operadora está discriminando o tráfego de dados, ferindo, portanto, os artigos 7º e 9º do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

O objetivo da Codel é sensibilizar a advocacia a participar da consulta pública com o intuito de impedir que a Internet fixa seja limitada pelo uso de dados.

Para a Codel, além de restringir o acesso ao usuário, uma das maiores preocupações é referente ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), em vigor desde março deste ano.

“Com a implantação do PJe em âmbito nacional, sendo este, em regra, o único meio de acesso à Justiça, o advogado poderá ser impedido de exercer o seu mister, pois as centenas de uploads e downloads de documentos correrão o risco de ficarem prejudicados com a conexão limitada”, explica a Codel em seu chamamento.

## TJMT atende OAB-MT e Juizados Especiais promovem força tarefa

Atendendo ao pleito da OAB-MT, a Corregedora Geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak e determinou a realização de uma força tarefa nos Juizados Especiais de Rondonópolis, Jardim Glória e Poxoréo.

A Corregedora destacou relatório extraído do sistema Projudi, que aponta que estes três Juizados Especiais estão em pendência com as expedições de alvarás.

Em reunião com a desembargadora, no último dia 30, a OAB-MT apresentou o pleito através da Comissão de

Juizados Especiais para a realização de um Mutirão para dar celeridade à expedição de alvarás, tendo em vista a proximidade do recesso.

A Comissão de Defesa dos Honorários Advocatórios também demonstrou a preocupação com a celeridade na expedição de alvarás, bem como do pagamento por parte do departamento de depósitos judiciais.

Com isso, os Juizados Especiais de Rondonópolis, Jardim Glória e Poxoréo devem realizar uma força tarefa buscando a expedição e liberação dos Alvarás, antes do recesso.



# Comissão realiza última reunião e apresenta balanço de ações de 2016

Mutirão para atendimento e esclarecimentos jurídicos, Setembro Consumidor, I Colégio de Presidentes das Comissões de Defesa do Consumidor e o lançamento da campanha “Mero Aborrecimento” foram alguns dos feitos deste ano, da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da OAB-MT.

Para encerrar as atividades de 2016, a Comissão realizou a última reunião do ano, no dia 2 de dezembro.

Presidente da CDC, Rodrigo Palomares elencou os pontos positivos

conquistados pelo trabalho da Comissão neste ano, como a campanha “Mero Aborrecimento Tem Valor” idealizada pela Seccional de Mato Grosso e replicada em vários Estados.

A campanha tem objetivo de estudar as sentenças fundamentadas no “mero aborrecimento” como excludente de responsabilidade civil e foi lançada em Mato Grosso no mês de agosto pela CDC em parceria com a Comissão de Juizados Especiais (Cojesp). A campanha foi lançada nacio-

nalmente pelo Conselho Federal da OAB e já recebeu adesão da OAB-DF, OAB-ES e OAB-TO.

Durante todo o mês de setembro, a CDC também participou do “Setembro Consumidor” com esclarecimento jurídicos, palestras, orientações e atendimentos em praças públicas e escolas.

Ainda em setembro, a OAB-MT recebeu o I Colégio de Presidentes das Comissões de Defesa do Consumidor com presença de representantes de pelo menos 20 Estados do país.

Outras iniciativas também aconteceram este ano, como o mutirão “Consumidor Consciente” realizado em Várzea Grande com o intuito de auxiliar os consumidores durante a Black Friday (sexta-feira com descontos e promoções em lojas e sites de todo país).

Para encerrar a atuação da Comissão, o presidente Rodrigo Palomares foi eleito representante de Mato Grosso para compor o Conselho de Usuários de Serviços de Telefonia da Operadora TIM da Região Centro-Oeste.

## Comissões de Defesa do Consumidor se mobilizam contra resolução da Anac

As comissões de Defesa do Consumidor das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizam um ato de repúdio à resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que permite que as empresas de transporte aéreo cobrem pelo despacho de bagagem.

Apesar do Senado ter aprovado a suspensão da resolução, a medida ainda será avaliada pela Câmara dos Deputados e pode ser alvo de uma ação judicial proposta pela OAB.

Conforme as regras atuais, o

passageiro tem o direito de transportar um mala de até 23 quilos nas viagens nacionais e duas malas de 32 quilos nos voos internacionais. Contudo, se a mudança proposta pela Anac entrar em vigor, os passageiros somente poderão levar bagagem de mão de até 10 quilos. Para despachar malas ou outras bagagens, será cobrado o preço por quilo, além do valor da passagem.

O tema vem sendo estudado pela Comissão Nacional de Defesa dos Direitos do Consumidor da OAB

desde o início do ano e o resultado foi um parecer que aponta que a resolução fere o Código de Defesa do Consumidor.

Isso porque, conforme aponta o parecer, o consumidor ficaria à mercê das políticas que as companhias aéreas queiram praticar.

De acordo com o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Rodrigo Palomares, a resolução ainda traz outros abusos, como a falta de

compromisso com os passageiros no caso de extravio de bagagens, assistência em decorrência de atraso ou cancelamento de voo, entre outros.

“É gritante a ilicitude que o poderio econômico está tentando fazer com milhares de consumidores do Brasil sob o véu da autarquia especial”, ressaltou Palomares.

Ele ainda destaca que é de suma importância que não apenas a OAB, mas todas as entidades que atuam na defesa do consumidor se manifestem contrariamente à resolução da Anac.

# Reeducandos denunciam superlotação na Penitenciária Central do Estado

Com aproximadamente 890 vagas, a Penitenciária Central do Estado (PCE) conta, atualmente, com mais de 2,2 mil reeducandos. Nas celas, que deveriam abrigar, no máximo, oito pessoas, mais de 40 dividem o espaço.

A situação acirrou os ânimos dos reeducandos que cobram providências do Estado. Em denúncia, eles afirmam que não aceitarão receber mais nenhum reeducando no local.

No dia 9 de dezembro, o juiz da Vara de Execução Penal, Geraldo Fidelis, a presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MT, Betsey Polistchuk e uma comitiva visitaram as instalações da PCE.

Na vistoria aos raios 1, 2, 3 e 4 foi constatada a falta total de condições alegadas pelos reeducandos. No local onde ficam recolhidos por mais de 12 horas seguidas, eles precisam dormir uns em cima dos outros, embaixo das jegas e em redes improvisadas nos banheiros.

Após a vistoria, ficou decidido que, em caráter emergencial, os reeducandos de outras comarcas serão encaminhados aos seus locais de origem. Outros pontos relacionados, ainda à superlotação, trabalho e educação serão discutidos posteriormente.



## Parecer sobre projeto de Reforma Tributária traz 27 apontamentos

A OAB-MT encaminha à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e ao Governo de Mato Grosso o parecer sobre o Projeto de Lei 463/2016, que trata da Reforma Tributária.

O estudo de 57 páginas traz 27 apontamentos sobre a proposta que será avaliada pelos deputados estaduais. A análise se restringe à técnica tributária legislativa como um todo em função da Constituição Federal e das Leis/Convênios Federais, sem levar em consideração análise financeira e operacional dos setores da Economia do Estado.

Neste novo parecer são reiterados alguns pontos não observados no estudo anterior e também são elevadas novas recomendações e sugestões fundamentais em função dos princípios da própria lei proposta.

Fruto de uma reunião conjunta das

comissões de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte e de Acompanhamento Legislativo, o parecer assim como o realizado anteriormente, quando da divulgação da minuta da versão 3.3 da proposta, tem como objetivo contribuir para uma Reforma Tributária juridicamente segura.

Além do conhecimento técnico dos membros das comissões envolvidas, a OAB-MT participou de todas as reuniões e convocações promovidas pelos poderes Executivo e Legislativo para debater o tema e abriu diálogo com diversos segmentos da economia para prestar informações legais.

A OAB-MT apoia a Reforma Tributária sustentável e responsável não está medindo esforços para contribuir positivamente dentro de sua competência e responsabilidade.

Dos 54 apontamentos iniciais fei-

tos pela OAB-MT acerca da versão 3.3, muitos foram incorporados ao Projeto de Lei encaminhado pelo Governo à ALMT. Contudo, a Mensagem do Executivo não pode ser vista simplesmente como uma versão reformulada da minuta. Na prática, trata-se de um novo projeto, cujo texto final não chegou a ser debatido pontualmente com a sociedade.

Conforme o parecer da OAB-MT, o novo texto tem a proposta de retomar o sistema original previsto na Constituição Federal, levando em consideração a tomada de créditos nas entradas de mercadorias e débitos nas saídas.

Em relação às mudanças sugeridas inicialmente que não foram incorporadas na proposta em tramitação na ALMT, persistem ilegalidades e inconstitucionalidades pontuais que precisam ser sanadas antes de sua aprovação, a fim de que a cha-

mada Lei do ICMS não venha a ser alvo de seguidos questionamentos judiciais.

Presidente da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte, Carlos Montenegro explica que a Reforma Tributária precisa guardar segurança sob todos os aspectos, principalmente porque muitos contribuintes encontram-se fragilizados pela grave crise econômica que assola o país.

“A incorporação das solicitações que fizemos anteriormente representa um gesto de grandeza por parte do Executivo e, mais que isso, um gesto democrático, o que é fundamental para que reformas como esta sejam sustentadas posteriormente pela própria sociedade. Neste sentido, nos debruçamos sobre o projeto e jurisprudência mais recente a fim de contribuir com este processo que é um marco na história de Mato Grosso”, destacou.

# OAB-MT pede intervenção da Corregedoria para garantir acesso aos autos

A OAB-MT solicitou a intervenção imediata da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para garantir a prerrogativa da advocacia em retirar e examinar os autos de processos, mesmo sem procuração.

Em reunião na última semana com a Corregedora Geral do TJMT, desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak, o presidente da OAB-MT Leonardo Campos apresentou o pleito juntamente com a vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Luciana Póvoas e o secretário-geral Vinícius Kenji Tanaka.

Conforme a Comissão, chegaram relatos da advocacia referente à grave distorção do artigo 107 do novo Código de Processo Civil (CPC), em vigor desde março deste ano, por parte dos servidores do Fórum de Cuiabá.

“Com efeito, o artigo 107, CPC/15, cuida da prerrogativa do advogado na defesa dos direitos de seu constituinte quando da necessidade de retirar os autos durante prazo comum, da carga rápida e exame dos autos, mesmo sem procuração”, destaca-se no pedido formulado pela Comissão.

Com isso, a Comissão destaca que o preceito normativo não está sendo respeitado, incorrendo em grave violação constitucional ao direito de defesa, bem como, violações às prerrogativas da advocacia.

“Isso por que, em algumas secretarias do Fórum da Comarca de Cuiabá, essa prerrogativa da advocacia, em ter acesso aos autos para retirada de cópias, ainda que ausente de procuração, está sendo vilipendiada baseando-se em razões descabidas e de previsões que inexistem no Código de Processo Civil, a exemplo de: “Meta do CNJ” ou ainda, ante a alegação de que o advogado não poderia fazer carga do processo porque terá audiência de conciliação designada para data próxima”, apontou a Comissão.

A Comissão também destacou-se no pedido que “ainda valem-se os servidores públicos do argumento de que, tais comandos, estariam encartados no CPC/15, circunstância que autorizaria a vedação à retirada dos autos da secretaria, ainda que na forma de “carga rápida”, em nítida violação ao preceito contido no parágrafo 3º do artigo 107”.

Além de violar o art. 107 do CPC, também se infringem as prerrogativas da advocacia, em suas normas entabuladas no artigo 7º, inciso XIII, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB): “São direitos do advogado: (...) XIII – examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos”.



## Sala da OAB Mirassol D'Oeste recebe o nome de Jurandir de Souza Freire

No dia 2 de dezembro foi reinaugurada a sala da subseção de Mirassol D'Oeste da OAB-MT com uma homenagem ao seu ex-presidente e fundador, Jurandir de Souza Freire.

A “justíssima” homenagem, como fez questão de frisar o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, contará com a participação dos presidentes e representantes das 29 subseções de Mato Grosso.

Conhecido carinhosamen-

te por “Vovô”, Jurandir de Souza Freire foi presidente por duas vezes consecutivas da subseção de Mirassol D'Oeste até 2009, membro do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB-MT e faleceu em 15 de abril de 2012.

“Comecei minha caminhada na OAB-MT ouvindo os ensinamentos do ‘velho Vovô’. Era uma voz ativa na defesa dos interesses da advocacia e um advogado desbravador deste estado”, destacou Leonardo Campos.

## Prefeito solicita auxílio da OAB-MT para implantação de universidade em Mirassol

Ao receber o Colégio de Presidentes e Delegados (as) da OAB-MT e Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT) o prefeito de Mirassol D'Oeste, Elias Mendes Leal Filho, pediu que a Ordem defenda a instalação de uma universidade no Município.

“Está aqui um seletivo grupo de homens e mulheres conhecedores das leis. Isso é muito importante. Olhem o que está acontecendo em Mato Grosso, como está a nossa economia. Gostaria que vocês extrapolassem além do Direito e coloquem em pauta um tema em relação à economia regional”, declarou o prefeito.

Ele lembra que a história de Mato

Grosso começou justamente por essa região que, apesar de não ser expoente do agronegócio, possui uma economia diversificada.

Ao solicitar a defesa da instalação de uma universidade no município, o prefeito argumentou que a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) já não comporta mais a demanda desta região de fronteira.

Para tanto, Elias Mendes Leal Filho afirmou que a região já possui um projeto pronto para receber uma universidade e se comprometeu a informar à OAB-MT em que passo está a tramitação do pedido junto ao Ministério da Educação.

# Com diretrizes de efeito nacional, presidentes se reúnem em Mirassol

O Colégio de Presidentes da OAB-MT e de Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT) aconteceu nos dias 1 e 2 de dezembro em Mirassol D'Oeste.

O evento reuniu os presidentes das 29 subseções da OAB-MT e debateu os principais assuntos relacionados à advocacia no estado, contudo, os pontos debatidos se transformam temas de debate nacional, a exemplo do que ocorreu recentemente, quando a Justiça Federal determinou a exclusão de artigos da Orientação Normativa da Corregedoria da Polícia Federal, possibilitando a advogados, mesmo sem procuração, acesso a inquéritos e informações que permitam a defesa de seus assistidos.

A decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que possui efeitos em todo o país, foi um pleito do Conselho Federal da OAB que partiu da Carta de Barra do Garças, onde foi realizada a primeira edição do Colégio de Presidentes deste ano.

Na ocasião, o presidente da subseção de Sinop, Felipe Guerra, apresentou as dificuldades vivenciadas pelos advogados quanto ao acesso a informações nas delegacias de Polícia Federal.

Além da eficácia dos debates realizados durante o Colégio de Presidente, a interiorização do sistema OAB é uma das premissas da gestão, permitindo conhecer a realidade e as dificuldades vivenciadas pela advocacia nos lugares mais longínquos.



Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos faz questão de frisar que a Ordem não se resume à Capital. “Onde estiver um advogado, a Ordem estará”, destaca.

Por esse motivo, a sessão de Mirassol D'Oeste, uma das menores da OAB-MT, foi a sede do segundo Colégio de Presidentes de 2016.

Ao longo deste primeiro ano de gestão, grandes ações foram realizadas em diversas regiões do estado. A região do Araguaia recebeu o primeiro Colégio de Presidentes, em Barra do Garças. No mes-

mo município, também foi realizado um ato de desagravo em favor de uma advogada que sofreu ofensas ao seu exercício profissional, inclusive de cunho racial.

Considerados os maiores eventos deste ano da OAB-MT, a I Conferência Estadual da Mulher Advogada e o I Encontro Estadual da Jovem Advocacia contaram com a participação do presidente do conselho federal da OAB, Claudio Lamachia, e as principais autoridades da Ordem nos temas debatidos em Sinop, no mês de novembro.

Tangará da Serra também foi palco de um importante ato de desagravo e municípios de diversas regiões receberam a Caravana das Prerrogativas.

As subseções foram responsáveis por ações de destaques nas regiões de sua abrangência, com debates de importantes temas para a sociedade.

“Em um somos todos e em todos somos um”, lembra Leonardo Campos ao frisar que esta é a alma da OAB-MT ao cumprir seu papel de advogada da sociedade.

## Mirassol D'Oeste recebe pela primeira vez Colégio de Presidentes e Delegados

Cerca de 150 advogados de todo o estado reuniram nos dias 1 e 2 de dezembro no Colégio de Presidentes e Delegados (as) da OAB-MT e CAA-MT realizado, pela primeira vez na história do sistema, na subseção de Mirassol D'Oeste.

Durante o encontro foram debatidos os rumos da advocacia mato-grossense para o primeiro semestre de 2017 e também temas que interessam a toda a sociedade.

“Os 141 municípios de Mato Grosso estão representados por esses advogados e advogadas que se deslocaram até aqui. E a remuneração que eles recebem

por este esforço é uma classe fortalecida, a prestação de serviço com mais rapidez e a busca por uma Justiça que distribua paz social”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, durante a abertura do evento.

Diante disso, o prefeito de Mirassol D'Oeste, Elias Mendes Leal Filho, pediu que a advocacia colocasse a economia regional em pauta durante o Colégio de Presidentes e Delegados (as).

“Estou no término deste mandato e não conhecia a dimensão deste evento. Estou feliz porque está aqui um seleto grupo de homens e mulheres conhece-

dores da leis e isso é muito importante”, destacou.

Um dos pedidos efetuados pelo prefeito foi a avaliação do tamanho e demanda das comarcas.

Presidente da subseção de Mirassol D'Oeste, Gustavo Tostes Cardoso relembrou o compromisso da OAB-MT com o interior de Mato Grosso e ressaltou que durante estes dias o município será palco das discussões que nortearão a advocacia nos próximos meses, além de promover o encontro entre profissionais de todas as regiões do estado.

A abertura do evento também con-

tou com a participação das magistradas Henriqueta Fernanda Chaves de Alencar e Edna Ederli Coutinho, que ressaltou a boa relação entre o Poder Judiciário e a advocacia que atua na comarca.

O presidente da CAA-MT, Itallo Leite, fez um breve balanço de sua gestão, apresentando os importantes avanços para o bem-estar dos advogados e advogadas, em especial a expansão do auxílio do benefício de licença maternidade para 180 dias e o lançamento da Pesquisa de Opinião na qual a advocacia poderá apontar suas principais necessidades.



# Carta de Mirassol D'Oeste traça diretrizes da advocacia para o próximo semestre

Durante os dias 1 e 2 de dezembro, os presidentes das 29 subseções da OAB-MT se reuniram em Mirassol D'Oeste para debater as principais demandas da advocacia em todo o estado.

Ao longo de mais de 10 horas de debates, foram apresentadas as dificuldades vivenciadas pelos advogados e advogadas de todo o Estado e compilados na Carta de Mirassol D'Oeste.

Entre os principais pontos debatidos foram o combate a aviltamento de honorários, melhoria nos sistemas eletrônicos de processo, respeito às garantias dos advogados nas unidades prisionais, entre outros.

## Carta de Mirassol D'Oeste

O Colégio de Presidentes de Subse-

ções da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de Mato Grosso, realizado na cidade de Mirassol D'Oeste nos dias 01 e 02 de dezembro de 2016, para cumprimento do Regimento Interno do Colégio de Presidentes, atendendo às funções institucionais e norteados nos princípios e ideais da entidade, houve por bem tomar as seguintes deliberações:

**PROMOVER** campanha publicitária objetivando a conscientização e esclarecimentos acerca da publicidade permitida em conformidade com o Código de Ética e Disciplina, bem como realizar cursos de orientação e atualização sobre novo Código de Ética e Disciplina.

**COMBATER** o aviltamento de honorários implementando medidas de fiscali-

zação objetivando a observação e cumprimento da tabela de honorários da OAB.

**REALIZAR** planejamento da ESA para o ano de 2017 com o objetivo de contemplar todas as subseções com cursos nos polos regionais ou palestras nas subseções menores.

**REALIZAR** gestão junto à SEJUDH para que as garantias profissionais da advocacia sejam respeitadas no âmbito de todas as unidades prisionais do Estado, sob pena de adoção das medidas administrativas, cíveis e criminais cabíveis à espécie.

**REALIZAR** gestão e adoção de medidas junto ao Poder Judiciário e SEJUDH para não permitir que advogados sejam custodiados sem que haja acomodações adequadas no sistema prisional nos termos

da Lei 8.906/94.

**FAZER** gestão junto ao TRF1 para que seja implantado sistema semelhante ao PEA no que tange ao peticionamento e materialização em processo físico e e-PROC.

**ELABORAR** estudos junto às comissões especializadas e procuradoria da OAB, realizando inclusive um comparativo com tribunais de outros Estados, afim de subsidiar eventual gestão junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso acerca dos valores exorbitantes das custas judiciais e extrajudiciais.

**FAZER** gestão junto ao Tribunal de Justiça para que seja implantado nos sistemas ferramentas indicando prazos de alvarás pendentes de liberação, bem como normatizar a expedição dos mesmos no prazo máximo de 10 dias e promover a realização de mutirões para expedição de alvarás.

**FAZER** gestão junto ao Governo do Estado requerendo vaga para OAB junto ao Comitê de Conflito Agrário.

**DEFINIR** que o próximo Colégio de Presidentes será realizado na cidade de Diamantino, nomeando como coordenadores o presidente daquela subseção dr. Persio Oliveira Landim e o presidente da subseção de Vila Rica Dr. Rhandell Bedim Louzada



## Mais de 90% das diretrizes da Carta de Barra do Garças foram cumpridas

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) realizou nos dias 1º e 2 de dezembro o segundo Colégio de Presidentes de 2016. O encontro reúne representantes da advocacia de todo Mato Grosso e tem como objetivo traçar os rumos da classe para o semestre seguinte.

Resultado do primeiro Colégio de Presidentes deste ano, a Carta de Barra do Garças resumiu os principais pontos discutidos pelos participantes do evento

para melhorar a prestação jurisdicional e o atendimento à advocacia no Estado.

Dentre as metas estabelecidas para o período, mais de 90% delas foram cumpridas com êxito. O balanço foi apresentado pelo presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, na manhã de sexta-feira em Mirassol D'Oeste.

Uma das principais diretrizes foi encaminhar e cobrar providências do Conselho Federal quanto à Orientação Normativa 36 da Corregedoria da

Polícia Federal visando sua imediata adequação à Lei 13.245/16 e à Súmula Vinculante 14. Atendendo à orientação do presidente da subseção de Sinop, Felipe Guerra, o pleito foi acompanhado junto à OAB pelo conselheiro federal da OAB-MT, Josemar Carmelino dos Santos, e levado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que revogou os artigos que impediam o acesso dos advogados aos inquiridos e informações, gerando repercussão

em todo o país.

Também foram estabelecidas metas em relação à divulgação de informações por parte do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) e incremento da estrutura do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP).

Dos 11 pontos elencados no Colégio de Presidentes de Barra do Garças, permanece pendente o assento da OAB-MT no Comitê de Conflitos Agrários de Mato Grosso.

# CAA/MT distribui kits jurídicos às subseções da OAB/MT

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizou, no início do mês de dezembro, a distribuição de kits jurídicos às subseções da OAB/MT. A entrega foi iniciada durante a realização do 2º Colégio de Presidentes de Subseções da OAB/MT e Delegados(as) da CAA/MT, em Mirassol D'Oeste. Ao todo, são 29 kits – um para cada subseção.

“Este material tem por objetivo auxiliar as subseções na atualização de suas bibliotecas com livros de primeira qualidade, editados em 2016 e já atualizados conforme o novo CPC”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Cada kit é composto pelos seguintes livros: Código Civil Comentado de Cleyson de Moraes Melo; Novo CPC Comentado de Elpídio Donizete; Código de Processo Penal Comentado, de Rogério Greco; Código de Processo Penal Comentado, de Guilherme de Souza Nucci; e CLT Comentada, de Homero Batista Mateus da Silva.

O presidente da CAA/MT informa que os recursos utilizados para a aquisição das obras jurídicas são provenientes do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida), do Conselho Federal da OAB. Os kits também serão distribuídos nas salas da Ordem em Cuiabá.



## Diretoria e Delegados reúnem-se no 2º Colégio em Mirassol D'Oeste

Diretoria e Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) estiveram reunidos entre os dias 01 e 02 de dezembro, em Mirassol do D'Oeste. De 29 Delegados de Subseções, 22 participaram do 2º Colégio de Delegados da CAA/MT da gestão 2016-2018. Itallo Leite (presidente), Xênia Artmann Guerra (vice-presidente) e Leonardo Vergani (diretor tesoureiro) representaram a diretoria da entidade. Na oportunidade, também foi realizado o 2º Colégio de Presidentes das Subseções da OAB/MT.

“Esta é mais uma oportunidade de prestarmos contas à advocacia mato-grossense de todo o trabalho realizado em Cuiabá e interior também”, explicou Itallo Leite, no discurso de abertura, o objetivo do evento. Ele também destacou a importância da união e pró-atividade de toda a diretoria e Delegados neste primeiro ano de gestão. “Analisando tudo o que foi feito em 11 meses, chego a Mirassol D'Oeste na certeza de que estamos trilhando o caminho certo pela Ordem e para os advogados”.

O presidente da OAB/MT, Leonardo Campos, elogiou o trabalho que vem sendo realizado pela Caixa de Assistência. “É uma gestão que inova e aproxima a advocacia. Não tenho dúvidas que essa diretoria e seus Delegados levarão mais benefícios e assistência,

ficando mais próximos da classe”. Leonardo Campos presidiu a CAA/MT por dois mandatos, de 2010 a 2015.

A Delegada da CAA/MT para a região de Mirassol D'Oeste, Mirian Cardoso, lembrou que o Colégio é também um momento profícuo de troca de experiências e de aproximação entre todos. Ela lembrou que nunca foi feita uma reunião de âmbito estadual na Subseção de Mirassol D'Oeste. “Fico bastante satisfeita em ver a grande adesão dos colegas que deixaram suas famílias e escritórios para discutir e buscar melhorias para a advocacia de nosso Estado”.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS** – Matinê de Carnaval, Março Sempre Mulher, campanha estadual de vacinação contra a gripe H1N1 e contra o Zika Vírus, Arraiá da Advocacia, I Corrida da Ad-

vocacia Kids, IV Corrida da Advocacia e 3º Happy Day. São algumas ações e projetos realizados no primeiro ano da gestão e que estiveram contidos no balanço anual apresentado durante o 2º Colégio de Delegados da CAA/MT, em Mirassol D'Oeste.

Os 22 representantes da Caixa de Assistência no interior do Estado também expuseram as atividades realizadas em suas subseções. Além das ações propostas pela sede, Delegados uniram-se a várias comissões temáticas de suas subseções para o desenvolvimento de projetos sociais, esportivos, culturais e de lazer.

A dedicação dos Delegados ao seu papel enquanto representantes da CAA/MT em suas regiões geraram bons frutos, também, quando o assunto é celebração de parcerias. Observou-se um acréscimo considerável de novos convênios de janeiro para cá. “Hoje, re-

cebo vários telefonemas de empresários que querem ser nossos parceiros. Esse é o reflexo de nosso trabalho, da seriedade da Caixa de Assistência”, afirma a Delegada da CAA/MT para a região de Sinop, Andreia Romfim Gobbi.

**METAS** – Entre as principais deliberações trazidas na Carta de Intenções do 2º Colégio de Delegados da CAA/MT, em Mirassol D'Oeste, está a intensificação do uso das mídias digitais para a divulgação das ações da entidade.

A criação de mecanismos que melhorem, ainda mais, os percentuais de descontos oferecidos aos profissionais da advocacia também é uma meta estabelecida pelo colegiado.

“A diretoria está à disposição de nossos Delegados e Delegadas para que, em 2017, possamos estar ainda mais próximos, realizando grandes projetos em prol de nossos colegas advogados e advogadas, e de suas famílias, tanto na Capital quanto no interior. Somente com nossa união é que teremos sucesso nessa caminhada”, destaca o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Ele explica que as deliberações pontuadas no documento redigido ao término das discussões do Colégio nortearão as atividades da entidade no primeiro semestre de 2017.



# Ações beneficiam crianças e idosos em Alto Araguaia, Sinop e Sorriso

As OABs de Alto Araguaia, Sinop e Sorriso promoveram, no começo do mês de dezembro, ações sociais em seus respectivos municípios. Graças ao envolvimento das diretorias e comissões das subseções e profissionais da advocacia, os eventos proporcionaram momentos de confraternização e alegria a todos os envolvidos.

“Mobilizamos a advocacia local que abraçou o projeto, doando brin-

quedos e doces que fizeram dezenas de crianças carentes felizes”, explica o Delegado da CAA/MT em Alto Araguaia e um dos coordenadores da ação, Leandro Zanelati.

Ele conta que as doações foram entregues a crianças atendidas pelo Centro Comunitário Vila Aeroporto e Centro Espírita Raio de Luz.

Já em Sinop, o projeto Natal Legal arrecadou doações aos idosos do Lar Vicentino. A Delegada da CAA/MT

para a “Capital do Nortão”, Andreia Ronfim Gobbi, informa que – assim como ocorreu em Alto Araguaia – o evento foi realizado porque houve o envolvimento de advogados e advogadas da subseção. “Nossa ação foi maravilhosa, muito gratificante”, resume.

Além das doações de produtos necessários à manutenção do local, a ação da OAB/Sinop entregou um presente para cada idoso e todos saborearam um delicioso lanche.

Em Sorriso a mobilização não foi diferente. “A união entre advocacia e sociedade civil proporcionou um Natal mais alegre para as crianças carentes”, afirma a Delegada da CAA/MT para Sorriso, Ionara Santos da Silva.

Segundo ela, brinquedos e doces arrecadados foram entregues no Centro Municipal de Educação Infantil São José e no abrigo municipal de Sorriso. A ação foi realizada pela diretoria da OAB/Sorriso e parceiros.

ALTO ARAGUAIA



SINOP



SORRISO



## Eventos celebram o encerramento do ano em Alta Floresta e Campo Novo do Parecis

As subseções da OAB de Alta Floresta e Campo Novo do Parecis realizaram, na primeira quinzena de dezembro, confraternizações para celebrar o encerramento do ano. Os eventos foram organizados pelas diretorias das próprias sub-

seções e reuniram os profissionais da advocacia e familiares.

O Delegado da CAA/MT para Alta Floresta, Valnir Telles de Oliveira Júnior, explica que a iniciativa tem a finalidade de aproximar a atual gestão da classe já que, no dia-a-dia bastante atribulado do profissional do Direito, momentos de descontração acabam não sendo prioridade.

“Realizamos uma noite de confraternização com os colegas para celebrarmos as conquistas alcançadas neste ano. Foi um momento bastante agradável e de estreitamento de laços entre todos”, conta o Delegado da CAA/MT para Campo Novo do Parecis, Gláucio Rogério dos Reis Capistrano.

CAMPO NOVO



Na oportunidade, o Delegado da CAA/MT presenteou três advogados (selecionados por meio de sorteio) com uma apólice do seguro de vida que é disponibilizado, anualmente, pela Caixa de Assistência aos profissionais inscritos na Ordem.

ALTA FLORESTA



# Mais de 100 advogados participam de desagravo contra promotor de Justiça

Mais de 100 advogados participaram o ato público de desagravo contra o promotor de Justiça Vinicius Gahyva realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) em frente à Sede das Promotorias do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP-MT) na tarde desta quinta-feira (15).

Aprovado por unanimidade no conselho pleno da OAB-MT, o ato de desagravo se dá em razão das ofensas às prerrogativas da advocacia feitas pelo promotor de Justiça durante

sessão de julgamento no Tribunal do Júri do Fórum da Capital.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos fez questão de ressaltar que não se trata de um ato contra o Ministério Público de Mato Grosso e

reforça que as violações às prerrogativas – que não são privilégios dos advogados, mas sim dos cidadãos que os contratam de ter sua defesa plena – não podem e não serão admitidas pela entidade.

Apoiado pelas dezenas de colegas, o advogado desagravado, Luciano Neves, ressalta que esta não foi a primeira vez que atuou num Tribunal do Júri e que, em que pese dos debates mais acalorados com promotores de Justiça, tudo sempre aconteceu

de forma muito respeitosa, dentro do processo.

Presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, destaca que promover um ato de desagravo não é motivo de satisfação, mas que quando um advogado tem sua prerrogativa violada, são os direitos dos cidadãos que são afrontados. “Por isso estamos prontos para defender a advocacia, seja onde for, em cada canto deste estado”, ressaltou.

Conforme registrado na ata do julgamento pela juíza presidente do Tribunal do Júri, Mônica Catarina Perri Siqueira, há muito tempo o promotor vinha atuando desta forma, apartando com excesso a defesa, às vezes em tons irônicos e agressivos.

Relatos de excessos também foram registrados em outras comarcas de Mato Grosso nas quais atuou o promotor.

No episódio que lhe rendeu o desagravo, o Conselho de Sentença teve que ser diluído e o julgamento adiado.

“Réu preso, agentes prisionais envolvidos para trazer o preso, a Polícia Militar, alimentação para os jurados, para quem atua... Atitudes impensadas de uma pessoa que acredita estar acima de tudo e da lei geraram prejuízo também para a sociedade”, avalia Luciano Neves.

Cópias do processo tramitado no TDP serão remetidas à Corregedoria do MP e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



## Justiça suspende ação contra procuradores jurídicos

A Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) deferiu liminar pleiteada pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) e suspendeu a tramitação de ação penal em relação a procuradores jurídicos municipais.

A OAB-MT entrou com a ação depois que a 1ª Vara da Comarca de Juara recebeu denúncia formulada em desfavor dos advogados por contratação irregular de servidores. Contudo, enquanto procuradores jurídicos municipais não possuem

competência e nem atribuição legal para contratar servidores.

Além da nulidade do ato, uma vez que os advogados não foram notificados a apresentar defesa prévia, foi alegada a ausência de justa causa, tendo em vista que é inerente à função do procurador do Município emitir parecer, o qual deve ser homologado pelo órgão público.

“Registre-se, ademais, que tão só o fato de constar a assinatura dos pacientes, como assessores jurídicos, nos Termos de Contratos não configura, em princípio e em tese,

a participação no delito descrito no art. 1º, XIII do Decreto-Lei 201/67, porquanto, a par de dispensável à constituição do ato e à efetivação das contratações, não caracteriza, ao menos por ora, indicativa do elemento subjetivo hábil à imputação, senão mera conjectura – desprovida de lastro probatório – de que tal ação está direcionada para a ocorrência do resultado que a lei visa coibir, mediante suposto ajuste de vontades com o gestor municipal”, considerou o relator, desembargador Alberto Ferreira de Souza.

## TED passa por correção e suspende prazos

Considerando o período de recesso forense e de suspensão dos prazos processuais, o Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) realizará correção a partir de 4 de janeiro.

Diante do volume de trabalhos que deverão ser executados, implicando o envolvimento de todos os funcionários da secretaria do TED, o período correccional será de 4 de janeiro a 3 de fevereiro.

Conforme a portaria editada pelo presidente do TED, João Batista Beneti, neste período ficam suspensos todos os prazos processuais.



## ESA-MT doa 2,5 toneladas de alimentos a instituições

Além de cumprir a missão de promover a capacitação e elevação do nível cultural dos profissionais da advocacia e estudantes de Direito, a Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), entidade sem fins lucrativos, realizou a doação de mais de 2,5 toneladas de alimentos.

Arrecadados como taxa de inscrição

para os cursos e palestras oferecidos pela ESA-MT, os alimentos foram destinados a 13 instituições filantrópicas de Cuiabá ao longo de 2016.

Além dos alimentos, também foram arrecadados, de forma pontual, litros de leite e fraldas, encaminhados para as entidades de diversas áreas de atuação.

## OAB-MT solicita que Defensoria Pública se abstenha de exigir controle de ponto para advogados públicos

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) solicitou à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso que se abstenha de exigir o Controle Eletrônico de Frequência dos analistas-advogados (advogados públicos).

Considerado essencial para o funcionamento da máquina administrativa, o trabalho dos advogados públicos consiste na emissão de pareceres jurídicos que dão conformidade e garantia aos atos da administração, assessoria, consultoria, além da representação judicial e extrajudicial dos órgãos em que estão lotados.

Trata-se, conforme sustenta a OAB-MT, de trabalho de natureza intelectual, não sendo possível e nem razoável pretender-se medi-lo em horas de permanência no interior das repartições públicas, sendo assim o controle incompatível com o exercício da função que, em alguns casos, incluem atividades que precisam ser diligenciadas em período diferente incompatível com o ponto.

“A sujeição a cumprimento de jornada de trabalho no interior das repartições, bem assim, a submissão a controle de frequência e horário, afiguram-se a um só tempo abusivas e inconstitucionais, posto que refratárias e deletérias à promoção das atividades desses advogados públicos e, por conseguinte, à promoção da defesa dos interesses do Estado”, destaca a notificação da OAB-MT.

O entendimento já foi consolidado, inclusive pela Justiça, em decisão da 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de

Cuiabá e, seguindo a jurisprudência, as prefeituras municipais que ainda adotavam a prática vêm suspendendo a medida após o alerta da OAB-MT.

A Ordem reconhece que a submissão à jornada interna de trabalho, com controle de frequência, é adequada à maioria dos servidores públicos, dada a natureza burocrática de suas atividades, executadas com delimitação de tempo para tanto.

Contudo, o controle de frequência, em especial o eletrônico, além de violar a independência funcional dos advogados públicos é incompatível com as peculiaridades das funções que estes exercem, por envolverem trabalho intelectual de pesquisa e produção de manifestações técnicas, bem como, por muitas vezes, exigirem descolamentos para fora da sede de sua repartição.

De acordo com a OAB-MT, limitar o exercício da advocacia, através do controle de ponto, constitui frontal violação à independência profissional como prerrogativa essencial do exercício da advocacia devido ausência de razoabilidade apresentada pela Defensoria Pública ao desconsiderar que a atividade advocatícia não se mensura pela frequência e pontualidade no âmbito interno das repartições públicas.

Assim, a Ordem solicitou à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso que adote as medidas necessárias e se abstenha de exigir o controle de ponto eletrônico aos analistas advogados imediatamente, sob pena de ser intentadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

## OAB-MT cobra orientação a juízes que aguardam prazo de recurso para expedir alvará ou RPV

A OAB-MT cobrou providências do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) com relação a juízes e gestores de Varas que aguardam o prazo de recurso do despacho para expedição de alvará ou de Reposições de Pequeno Valor (RPV).

Diante da reclamação de advogados com relação à interpretação diversa do Ofício Circular nº 211/2015-DOF, a OAB-MT apresen-

tou à Corregedora Geral do TJMT, desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak, o pedido de providências.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos destacou o pleito da entidade durante reunião com a Corregedora, no dia 30.

“Em virtude do ofício que explica: “... a necessidade de aguardar o trânsito em julgado de decisões que determinam a expedição de RPV;” e

“...necessidade de aguardar trânsito em julgado das 0064ecisões que determinam expedição de alvarás;” dando interpretação diversa a decisão proferida pela Corregedoria, que é no sentido de: “...inviável se torna dispensar o trânsito em julgado para a expedição da RPV””, diz o pedido.

Com isso, juízes e gestores de Varas estão aguardando prazo de recurso do mero despacho que deter-

minou a expedição de alvará ou RPV para somente após, expedi-los.

“Ocorre que nos processos onde já transitou em julgado, a sentença, a decisão que homologou os cálculos, ainda assim aguarda-se prazo recursal do despacho que autorizou o Alvará/RPV, despacho esse que só deu após o trânsito em julgado do processo”, concluiu a entidade em seu pedido.

# OAB-MT sugere que prazo de comprovante seja o mesmo de vencimento da guia no PJe

Diante do tempo exíguo de 60 minutos para recolhimento e comprovação do pagamento da guia pelo novo Processo Judicial Eletrônico (PJe), a OAB-MT apresentou ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) a necessidade de que o prazo para juntada deste comprovante seja o mesmo de vencimento da guia.

Em reunião com a Corregedora Geral do TJMT, desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak, no dia 30, o presidente da OAB-MT Leonardo Campos explicou que este período de 60 minutos torna-se inviável, pelo fato de que o advogado gera a guia, e muitas vezes, a entrega ao cliente para fazer o pagamento. O recolhimento de custas e despesas processuais são responsabilidade das partes.

“E por certo em 60 minutos o advogado não estará com a guia recolhida para juntada ao processo, por diversos motivos, necessidade de programação de recursos, o cliente residir em outra cidade ou Estado, o valor ter que ser pago no caixa da agência bancária, término do expediente bancário e etc”, disse.

Em seu pedido, a OAB-MT também aponta que ao não cumprir o prazo de 60 minutos, a parte será intimada a comprovar o recolhimento no prazo de 15 dias, o que gera uma burocracia desnecessária, envolvendo mais trabalho aos servidores.

“Outra situação mais grave, é no caso de recolhimento do preparo que deve ser comprovado no ato de sua interposição, sob pena de deserção e não



sendo possível o cumprimento da juntada no prazo exíguo de 60 minutos, a parte terá que recolher o preparo em dobro, causando-lhe enormes prejuízos”, considera no pedido.

Com isso, a OAB-MT pleiteia

junto à Corregedora Geral que “adote providências no sentido de adequar o referido provimento, para que não seja obrigatória a inserção do número do processo na guia de recolhimento, tal qual como, nos processos físicos ou que

o prazo para a juntada do comprovante do recolhimento custas seja de pelo menos o prazo de vencimento da guia, ficando os autos aguardando conclusão neste período ou até o pagamento da guia”, concluiu.

## Justiça acata pedido da OAB-MT e tranca ação contra advogado

No julgamento do habeas corpus impetrado pela OAB-MT, a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) acordou, por unanimidade, pelo trancamento de ação penal proposta em face do advogado Samuel Franco Dalia Neto.

Na ação proposta pelo Ministério Público Estadual e recebida pela juíza titular da 7ª Vara Criminal de Cuiabá, Selma Rosane dos Santos Arruda, o advogado foi acusado de “cutucar” seu cliente durante oitiva

em inquérito civil público.

Em um trabalho conjunto da OAB-MT, o habeas corpus foi despachado com a participação do presidente Leonardo Campos, do secretário-geral, Ulisses Rabaneda e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), sustentando o constrangimento ilegal, a inexistência de tipicidade e ausência de justa causa no recebimento da denúncia.

Em seu relatório, o desembargador Juvenal Pereira destaca que, nas interações telefônicas realizadas durante

a investigação, não há qualquer menção, quando dos diálogos sobre o fato ocorrido, a qualquer “coação” por parte do advogado.

Assim, acatando os argumentos apresentados pela OAB-MT, a Terceira Câmara Criminal entendeu que a conduta atribuída ao advogado não constitui qualquer tipo penal e, tampouco, a existência de justa causa para o prosseguimento da ação.

A defesa das prerrogativas dos advogados - garantia que assegura ao cida-

dão que contrata um profissional da advocacia o pleno exercício de sua ampla defesa - tem sido uma luta constante da OAB-MT.

Somente nos últimos dez dias, a Ordem conquistou a suspensão de outras duas ações propostas contra advogados durante o exercício de sua função.

“Este é nosso compromisso com a advocacia. Não deixaremos um advogado desamparado. Onde houver ofensa às prerrogativas, lá estaremos”, reforçou Leonardo Campos.

# Informe OAB

## Advocacia mato-grossense presta homenagem a Chapecoense e João Walmyr Cabrera



A tragédia que sensibilizou o mundo inteiro, o acidente aéreo que vitimou 71 pessoas da Associação Chapecoense de Futebol, jornalistas, piloto e comissárias de bordo, foi lembrada pela advocacia mato-grossense durante a abertura do Colégio de Presidentes e Delegados (as) da OAB-MT e CAA-MT no dia 1º de dezembro em Mirassol D'Oeste. Foi realizado um minuto de silêncio em homenagem às vítimas e o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, estendeu a homenagem ao tesoureiro da entidade, João Walmyr Cabrera, falecido no mês de novembro. Os cerca de 150 advogados e advogadas de todo o estado se colocaram em silêncio e reflexão em respeito ao momento trágico.

### OAB Diamantino realiza campanha Doce Natal

A Subseção de Diamantino da OAB-MT, por meio das comissões de Direito da Mulher (CDM) e da Jovem Advocacia (Cojad), promoveu a campanha Doce Natal, e para levar um natal mais especial às comunidades, recebeu doações de caixas de bombons entregues para crianças carentes.

### OAB-MT demonstra expectativa de avanços na nova gestão do TJMT

Tomou posse no dia 19, a nova diretoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). O biênio 2017/2018 terá o desembargador Rui Ramos na presidência e as desembargadoras Marilsen Andrade e Maria Aparecida Ribeiro na vice-presidência e corregedoria-geral da Justiça, respectivamente. Secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda destacou que muito trabalho foi desempenhado nas gestões que estiveram à frente do Poder Judiciário de Mato Grosso nos últimos anos. Representantes da advocacia de todas as regiões do Estado prestigiaram a posse da nova gestão. Participaram da solenidade os presidentes das subseções da OAB-MT de Vila Rica, Rhandell Louzada; de Rondonópolis, Stalyn Paniago; de Diamantino, Pérsio Landim e de Peixoto de Azevedo, Marcus Macedo.

### OAB-MT participou do Mutirão do Procon

O presidente do Conselho Federal OAB, Claudio Lamachia, anunciou em primeira mão, em Sinop, onde participou da I Conferência da Mulher Advogada e I Encontro da Jovem Advocacia, a aprovação pelo Senado Federal da proposta de iniciativa da entidade que garante a suspensão de prazos processuais para advogadas que tiverem filhos.

### OAB-MT repudia ameaça contra jornalistas

A OAB-MT repudia veementemente as ameaças sofridas por jornalistas, durante cumprimento de seu exercício profissional, em audiência de instrução e julgamento na 7ª Vara Criminal de Cuiabá no dia 12 de dezembro. Conforme noticiado pela imprensa, a juíza Selma Rosane Santos Arruda ameaçou prender os jornalistas que acompanhavam a audiência caso não retirassem, no prazo de 30 segundos, fotos do interrogado publicadas nos veículos de comunicação. A magistrada acatou o pedido da defesa para que não fossem realizadas imagens durante a audiência.

Na cobertura do caso de grande repercussão social, os jornalistas registraram a chegada do interrogado, sem qualquer oposição de sua parte ou de seu advogado no ato. É inaceitável, no momento que vivenciamos em todo o país, inclusive em que não são raros os ilegais e repudiáveis vazamentos de acordos e sigilos telefônicos em grandes operações, que os profissionais que possuem o dever de informar a sociedade tenham seus direitos intimidados e, cerceando assim, o direito do cidadão à informação. De acordo com o artigo 3º, alínea "j", da Lei nº 4.898/65, constitui crime de abuso de autoridade qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional. A Ordem, como advogada da sociedade, defende a observância legal dos limites de atuação, tanto por parte dos operadores do Direito, quanto dos profissionais de Comunicação.

A prisão é o instituto penal máximo deste país e, portanto, deve ser tratada com seriedade, fazendo valer para o estrito cumprimento da lei, nos casos por ela previstos e em conformidade com o processamento penal vigente neste país. Não pode, desta forma, ser banalizada como mero instituto de ameaça.

# Em Destaque

Comissões da OAB-MT participam do Estradeiro Natalino em Livramento com doações de presentes



Último ato de gestão de 2016: OAB-MT realiza desagravo em defesa das prerrogativas da advocacia



Diretoria da OAB-MT e da CAA-MT participa em Colégio de Presidentes



Presidentes de Subseções da OAB-MT debatem diretrizes para atuação em Mirassol



Colégio de Presidentes reúne advocacia em noite de encontro



CAA-MT realiza Colégio de Delegados em Mirassol D'Oeste